

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO PARA APROVAÇÃO DA APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – 2022-2025

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se na Câmara Municipal de Morro Agudo, às 14 horas, Vereadores e representantes de diversos segmentos da população de Morro Agudo, para em obediência as disposições contidas no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal a fim de apresentar o Projeto de Lei da Lei Orçamentária – LOA (2021) e o Projeto de Lei que concede auxílios financeiros e subvenções sociais as entidades do Município de Morro Agudo com o objetivo de demonstrar à população em geral como o Executivo Municipal deve gerenciar os recursos públicos, no exercício de 2021, mas sempre atentando aos princípios fundamentais da eficiência, eficácia, economicidade e legalidade, levando-o a estabelecer as principais metas da sua administração e limitando-o à execução de despesas dentro da capacidade de arrecadação e endividamento da esfera governamental, vinculando ao correto gerenciamento administrativo orçamentário e financeiro voltado ao equilíbrio responsável de suas contas. Estavam presentes os Vereadores: Elvis Junio Marques, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador Lucas Tarciso Martins Cabeço, membro da Comissão Finanças e Orçamento; e o Vereador Paulo Henrique Lourençon, membro; a Vereadora Lauriane de Castro Torres. Os funcionários da Prefeitura Municipal, Reinaldo Benedetti, Antônio Eduardo Talarico, Rogério Chiaroti, Adrielle Letícia Dias Santos. Fez uso da palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, **Vereador Elvis Junio Marques**, abrindo a Audiência Pública de discussão dos Projetos de Lei nº 24/2021 que “DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MORRO AGUDO, PARA O PERÍODO DE 2022 A 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, logo em seguida passou a palavra ao funcionário da Prefeitura Municipal, **o senhor Reinaldo Benedetti, Chefe da Contabilidade, que assim se manifestou:** “Boa tarde a todos”, gostaria de reforçar, sejam todos bem vindos a essa Audiência Pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal tanto a discussão do PPA, no Poder Executivo, quando chega ao Poder Legislativo, isso precisa ter a participação popular, ela precisa ter a participação do público, e isso ser feito a maior divulgação possível, quando começamos a falar de algumas siglas de contabilidade pública, talvez isso não seja do costume das pessoas, mas isso a gente ver muito na televisão principalmente em nível de Governo Federal, quando fala PPA, LDO, LOA, o que acontece na União, acontece nos Estados, acontece nos municípios, os prazos normalmente são os mesmos. Para dar uma rápida explicação para vocês, o que significaria o PPA, LDO e a LOA, vou fazer uma rápida introdução e depois vou passar para o Antônio Carlos, que costumo chamar de Carlinhos, ele dar uma explicação mais explanada dessa parte do PPA, mas quando o Prefeito ele se candidata, vamos falar de município, mas aplica-se a mesma coisa ao Governador do Estado e ao Presidente da República, quando um candidato deseja empenhar um cargo seja no Estado, União ou na Prefeitura, ele geralmente faz um planejamento, ele diz em uma proposta o que ele pretende fazer, nos quatro anos de mandato dele, então ali ele coloca tudo aquilo que ele levantou e acha o que deve ser feito nesses quatro anos, antigamente isso era ma carta de intenções, era basicamente uma folha digitada, com tudo aquilo, reproduzia o que o Plano de Governo basicamente falando, o que pretendia fazer: Quero reformar, quero construir, quero refazer, depois com a advinda Lei de Responsabilidade Fiscal e de forma que você conseguisse planejar o gasto público, bom começou a falar: “você pretende construir uma escola?” “Quanto custa essa escola?” “Você pretende abrir a unidade básica de saúde?” “Quanto vai ficar isso?” “Você pretende pavimentar as ruas de um bairro?” “Qual é o custo disso?” Principalmente, porque, antes de você pensar em dispensa, você te que pensar primeiro na receita, o município tem capacidade com seus próprios recursos através da União ou dos Estados colocar em pratica isso que você está planejando? Além da parte de investimento, a gente tem que pensar que a maquina pública, para ela continuar funcionando, ela tem o seu próprio custo. Então o funcionalismo público, todas as partes de consumo, parte de serviço, pagamento de salários a parte patronal que envolve Previdência, então tudo isso são custos que você precisa colocar no seu orçamento. E naquilo que você está planejando como despesa, então o PPA a partir da hora da Lei de Responsabilidade fiscal começou a exigir que você colocasse valores, nessa carta de intenções, tornou a coisa um pouco mais transparente e mais eficiente, porque não adianta você propor que vai fazer um milhão de coisas, sendo que o município não tem capacidade de recursos próprios de fazer tudo àquilo no prazo de quatro anos, aquilo não é factível e muito disso quando nos pega uma proposta de um Governo de um Prefeito, a gente acaba identificar isso, tem muita coisa que está aqui, mas

que em um prazo de quatro anos não vai ser possível que seja feito tudo. A não ser que você consiga, fazer convênio com Estados, com a União, e receber verba de outros entes, ou então não sendo possível ele tem que priorizar bom, eu quero fazer isso, quero fazer aquilo, e quero fazer tal coisa. Então o PPA, a ideia original dele em linhas gerais, seria pegar esse plano de Governo, do candidato que foi eleito e que apresentou essa proposta para a população e acreditamos que em razão dessa proposta e ele foi eleito, e também feito isso se torna o PPA, a fase seguinte, é a LDO, que é chamada Lei de Diretrizes Orçamentária, onde você vai estabelecer, dentro do PPA quais são suas prioridades. No Plano Plurianual, que é o PPA, você coloca também nele quais são suas prioridades para o primeiro ano, o segundo ano, o terceiro ano e o quarto ano. O que você pretende fazer, nesses quatro anos? Quando você chega à LDO, aí você vai olhar especificamente a LDO desse ano, nos vamos pensar em 2022, o que em 2022 foi apresentado para vocês Vereadores, e que foi aprovado, vira Lei. E disso nos vamos analisar mais adequadamente a capacidade do município de arrecadação e aquilo que realmente que vai ter condição de fazer, porque as coisas mudam muito rápidas, hoje a gente esta vivenciando uma pandemia, esperamos até o final do ano que tenha uma vacinação e isso tenha diminuído, e conseqüentemente a gente consiga que a atividade econômica voltando a circular, voltando a funcionar, isso fique mais em condições do próprio governo fazer seus próprios planejamentos, não ficando concentrado na área da saúde. Então na LDO, a gente pega do PPA de quatro anos e o que se pretende se fizer no primeiro ano e das diretrizes, e depois no final do ano, a gente vai fazer o orçamento propriamente dito. Na área publica você tem que planejar tudo aquilo que você vai fazer, antes de você executar, não é como a gente que recebe o pagamento e fala esse mês vamos fazer isso, fazer aquilo, pode fazer assado, pelo menos alguns meses antes você tem que falar, pretende fazer tais coisas o ano que vem aí você tem que ver a sua arrecadação real, mais próxima da realidade, do que vai ser possível ser feito e conseqüentemente, as despesas. Então em linhas gerais a ordem a sequencia do PPA, LDO e LOA, uma curiosidade que isso realmente em primeiro mandato, em primeiro ano de mandato os prefeitos, tem duvidas e acredito que ate os governadores também. Nós estamos falando em planejamento de quatro anos, mas esse planejamento vai começar a ser executado no ano que vem, porque não da tempo do Prefeito uma vez sendo eleito em outubro, novembro que ele faça o planejamento dele contábil, usando toda estrutura da prefeitura, a parte de planejamento e em dois, três meses já faça a parte de planejação para que os Vereadores já volte e já fica planejado, então na verdade no primeiro ano dele, ele esta planejado o que vai ser feito no segundo, terceiro ano e no quarto ano dele. Vai ficar faltando um ano, que deve ser executado no ano seguinte seja lá quem for prefeito, então hoje o Dr. Vinicius, entendendo como é planejamento, ele está executando o planejamento, tudo que foi feito no mandato passado, o ultimo ano do mandato passado. É assim para você conseguir estruturar e ter tempo hábil para fazer esse tipo de planejamento. Em linhas gerais é isso, e eu quero voltar a reforçar o Antonio Carlos é um consultor contábil que nos contratamos para nos ajudar a fazer esse PAA, ele é da cidade de Rifania, ele da consultoria em quatro cidades, e com certeza ele tem muito mais pratica, muito mais conhecimento dessa parte de PPA do que eu, então hoje me eximir e passar a palavra para ele que acompanhou muito de perto, toda essa parte de planejamento e vai ter condições de explicar melhor isso. "Eu também além de vocês vou esta aprendendo um pouco mais por ouvir e no decorrer se vocês tiverem duvidas a gente vai conversando também". **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "Boa tarde a todos, como o Reinaldo já falou, o que é PPA, o que é LDO, o que é LOA, a gente vai tentar tirar algumas duvidas de vocês em relação aos anexos que foram apresentados. Foram apresentados cinco anexos, dois das receitas e três que falam dos programas e das ações, metas e indicadores, antes de começar a falar gostaria de dizer o seguinte, alguém já deu uma folheada nas ações, programas, indicadores, ou não é tudo novo para vocês? Tem um anexo da receita, que a gente que atrasar porque o sistema que imprime e gera os dados, a gente hoje conseguimos conversar com o moço do software e conseguimos projetar os dados como estava projetado e aí a gente trouxe o anexo I, que é a evolução da receita, é um anexo que fala sobre a receita. Quando falo de receita todo mundo sabe o que é? Receita é os valores que entram na Prefeitura, e esse anexo fala da receita de 2017 até 2025. Ele tem dois formatos, um levando em consideração a inflação que ocorreu de 2017 até agora, e uma projetada até 2025 o que está sem a inflação para a gente ter uma noção correta do que é a receita que a Prefeitura arrecadou em 2017...2018...2019...2020 e o que a gente espera que a Prefeitura arrecade em 2022, 2023, 2024, 2025, tem o

outro anexo que a gente chama de recurso disponíveis, é um anexo só, é a mesma coisa que fala da receita de 2025, isso tudo aqui é muito, a gente não tem uma previsão numérica eficiente, porque a gente não sabe o que vai acontecer em termos de inflação, em termos de correção, em termos de arrecadação nominal e de arrecadação real. Mas a gente tentou com esses valores, tentar estimar um valor que seja próximo a realidade e depois tem os anexos das despesas, esse a gente chama de relação de programas, eu perguntei para as pessoas se elas já tinham olhados antes, esse aqui é um relatório, que falam sobre o resumo dos programas que foram apresentados, o PPA, pelo que vi aqui, em relação à quantidade de programa para o quadriênio a gente tem 36 programas previsto. O que é um programa de governo? Um programa de governo é uma coisa macro, onde o governo pretende fazer uma ação que tenha um resultado que vai impactar na sociedade, ou na própria administração um exemplo assim: "nós vamos fazer um programa de gerenciamento e aperfeiçoamento da rede municipal de saúde, seria um programa só, onde ali dentro a gestão quer mostrar para o próprio governo e a população, aonde o governo quer chegar com as ações de saúde, então ali dentro vai ter tudo relacionado à saúde, vai ter as ações, construções de UBS, construção de hospital". Nos programas que foram apresentados nós vamos perceber que tem trinta e seis programas, e esses programas eles são mensurados em valores estimados também, e eles são estimados em valores para cada ano, para todos os exercícios. Então a prefeitura depois de muito conversar, avaliou que, tanto em 2022, 2023, 2024, e assim por diante, e o que esse programa pretende fazer? Ele pretende melhorar a qualidade da saúde do município de Morro Agudo, ele vai comprar ambulância, vai fazer subvenção, vai reformar a Santa Casa, e aqui está mensurado, e quando vocês estiverem vendo a peça de vocês, vocês vão ver que vão ter alguns indicadores também, que é percentual, que é são pessoas, que são unitários, isso é até um pouco confuso em termos de mensurar isso. Não dá para a gente explicar isso índice por índice aqui, não dá para a gente explicar valor por valor, não dá para a gente explicar público alvo um por um, porque se a gente fosse explicar de cada programa de cada método de cada ação, a gente tinha que marcar aqui não sei quantas reuniões, dentro desses relatórios tem esse anexo que é a relação de programas, e depois tem o anexo que ele tem mais folhas, que dá 180 páginas é aonde tem o detalhamento de cada programa, de cada ação de cada meta a ser atingida. Então, não dá para a gente falar de cada um, mais como essa audiência é a primeira audiência de aprovação do Legislativo, vai ter mais uma não é? Provavelmente depois que saímos daqui, vocês vão estudar mais uma e vão às vezes propor uma alteração, vão propor uma inclusão, vão uma exclusão, ou vão propor uma exclusão para uma inclusão de algum programa, então isso tudo está muito bem detalhado. Tem o pessoal da contabilidade, que entende isso aqui e qualquer dúvida é só perguntar. Então o PPA, é basicamente, PPA como o Reinaldo falou ele prevê todas as ações de governo, tanto de despesa corrente, quanto de despesa de capital. Mas nesse sentido aqui, o que chama mais atenção, para que a gente discuta é o plano de governo do gestor em termos de melhoria e de investimento no município, então tem informações aqui que vocês vão ver lá do tipo "despesa corrente item três tanto, despesa de capital, é esse item aqui" então é, o foco do PPA ele abrange toda despesa do governo, mas o que é interessante de discutir é o que vai ser feito em termos de investimento, porque a gente podia fazer um PPA e a coisa é tão grave assim porque os municípios que a gente conhece a receita é muito pequena em função da despesa fixa, da despesa corrente do município, então para o gestor planejar e fazer uma melhoria física é muito difícil. Nesse PPA a gente deixou para investimento o entorno de 15% por ano das despesas total do município, da receita total. Para ver se o Prefeito consegue fazer uma melhoria ideal, olha nós vamos trocar frota, nos vamos fazer uma creche, nós vamos melhorar o salário do funcionalismo, uma coisa real e o foco do PPA está voltado mais para isso, então é interessante para vocês quando for realizar tem esse item IV aqui e o valor de cada ano que a gente colocou. A despesa de capital e a despesa corrente, a despesa corrente o próprio nome já diz, é uma despesa contínua, é pagamento, água, luz e telefone, isso nunca acaba isso sempre vai existir. Já a despesa de capital, é a despesa onde a Prefeitura, agrega o patrimônio dela, ela foi lá e comprou um computador, é uma despesa de capital, ela comprou um carro, é uma despesa de capital, o patrimônio dela está aumentando. A prefeitura fez uma obra, fez o prédio da santa casa, é um a obra é uma despesa de capital, asfaltou as ruas, é uma despesa de capital, tudo que agrega valor ao patrimônio da Prefeitura é uma despesa de capital, tudo que não agrega é uma despesa contínua, é uma despesa corrente. A projeção que a gente fez no finalzinho desse relatório, que esta na página 155, é o total que a gente estimou entre despesa prevista em

termos de projetos e ações que são as atividades do governo, a gente estimou mais ou menos cento e oitenta e sete milhões, a receita da Prefeitura vai ser isso? Não. A receita da Prefeitura hoje, exatamente hoje, a gente chama de receita corrente líquida que essa é a receita que o governo pode confiar em termos de gastos e se ele for fazer alguma coisa. Pois a despesa de capital, se ele separa um pouquinho da receita corrente para investir ele consegue algum recurso do Estado ou da União, que é o famoso convenio, dentro do PPA, vocês vão notar que a despesa está um pouco maior, por dois motivos, o primeiro é que o PPA é o plano de governo que também está às despesas da administração indireta, tanto a Câmara, tanto o fundo de previdência, só o IPREMO tem o valor bem alto, então a hora que você pegar esse valor e tirar o IPREMO vocês vão ver que a despesa da prefeitura projetada cai um pouquinho, não é tudo isso aqui. Aqui o IPREMO está aqui dentro, e a gente levou em consideração também que tem muita coisa que está prevista aqui dentro que o Governo e o Prefeito, ele vai atrás, ele sabe que ele tem consciência que ele tem que ir atrás dos recursos estaduais e federais e por esse motivo ele, ou alguns dos projetos que a secretária pediu para a gente incluir aqui alguns dos programas, a gente já previu a fonte de receita, um, dois e cinco, e vocês vão ver no relatório aqui também que tem a fonte um, dois e cinco. Em algum momento vocês vão detectar que terá a fonte número dois e número cinco. Então o governo, pretende de alguma maneira conseguir recursos via estado e via União. O que mais podemos falar sobre o PPA? A despesa em todos os anos foi um pouco maior, como já expliquei para 2022, 2023, 2024 e 2025, levando sempre em consideração que a despesa está projetada também para o IPREMO e que a inflação da receita a gente estimou aí, que ano passado a gente teve um índice inflacionário que é um dos índices que ajustam a economia, que é IGPM, para quem tem imóvel alugado, ou pago aluguel sentiu na pele isso. Só que se a gente não jogou esse índice, se a gente jogasse esse índice aqui, projetado para esse ano, só nesse ano já está acumulada em nove pontos alguma coisa, nos dois últimos meses já está acumulada em trinta e um por cento, a gente jogou um índice aqui um pouco menor entre oito e dez por cento, por isso vocês vão ver certo crescimento.” **O senhor Reinaldo Benedetti, Chefe da Contabilidade, que assim se manifestou:** “Carlinhos, deixa eu só complementar, essas coisas para quem trabalha na área da contabilidade, o pessoal que trabalha com tesouraria, isso para nós é tranquilo. As vezes não era muito comum esse tipo de informação. Fontes um são fontes que existem na contabilidade pública que tem recurso próprio tesouro, isso é padrão nacional, não aplica apenas em Morro Agudo, fonte dois são recursos dos estados e fonte cinco são recursos da União, então quando vocês estiverem analisando esses demonstrativos, apesar de que na frente como Carlinhos indicou está lá fonte um, mas do lado está escrito tesouro, vocês vão ver, fonte dois está escrito estado, fonte cinco vai estar inscrito união, ou seja, essa despesa está amparada em algum recurso que o município, ou vai ser recurso próprio dele, ou é recurso que ele está entendendo que ele vai conseguir da união ou do estado, ou como o Carlinhos disse, a função do prefeito não é ficar tanto sentado na cadeira do gabinete e ficar atendendo população a vida dele tem que ser mais em contato com Deputados, com Senadores, com Governos para trazer verbas para não ficar precisando tanto da sua própria arrecadação. A ideia é que o prefeito vai buscar e com a ideia de vocês Vereadores através das bancadas e tudo mais, e trazer recurso para o município para o que está aí. “Obrigada Carlinhos.” **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** “Bom esse anexo que falei ele termina aqui nesse resumo, onde estão os valores, se puderem lançar mais uma”. Uma coisa que vocês vão notar aqui, no planejamento desses PPA, é que a gente priorizou mais coisas em 2022, porque é um começo de ano, é um começo de governo é um ano que penso também que provavelmente tem eleição de maior repasse, então também para até que o governo sinta-se o que quer começar, porque tem projeto que talvez no finalzinho do ano, não vai dar certo, ele não vai ver o término daquilo, então um exemplo, a sugestão da secretária do meio ambiente é a construção do novo cemitério, é isso, a gente já colocou a construção do novo cemitério aqui, então a gente procura começar em 2022, que eu não lembro onde que foi, mas a maioria dos grandes projetos estão iniciando em 2022 e tem alguns que a gente sabe que pode deixar para 2023, 2024, 2025, depois desse anexo, que esse é o grande que tem cerca 135 páginas, vem esse anexo que é ações por funções, esse aqui também é um resumo porque a gente fala programa, ações, e o que seria um programa e o que seria ações? Vamos supor, o programa seria melhorias da qualidade da saúde do município de Morro Agudo, quais as ações que a gente teria para cumprir esse programa? Temos-nos uma ação, construir uma nova UBS em tal bairro, isso seria uma ação para atingir esse programa. Do município, tal,

seria outra ação, então aqui está resumido por programa e por ações, infelizmente, isso vem nesse resumo grande que passou anterior você tem ele em detalhe mais nesse resumo aqui tem muito código, pois é só perguntando mesmo, tipo assim, programa, unidade, projeto, para chegar a um número, o que é importante é isso aqui olha, se é investimento ou se é capital, pois isso aqui é mais peça para definir o orçamento, do ano que vem, então é um relatório que fica um pouco mais difícil de leitura, mas sempre lembrando que o pessoal da Prefeitura e o pessoal da Câmara está disposto a esclarecer o que significaria cada número desse aqui e cada informação; bom gente, o PPA é isso, programas, metas, ações do governo, projetado para os anos e essa audiência é uma primeira audiência onde que vai ser debatido isso, é nesse momento que vocês tem a oportunidade de perguntar e é nesse momento que a gente vai começar a levantar as dúvidas e até o que poderia ser alterado, transferido ou concluído nesse projeto. Mais alguma coisa Reinaldo?"

O senhor Reinaldo Benedetti, Chefe da Contabilidade, que assim se manifestou: "Não pelo que eu lembre" é isso mesmo, como eu disse, é só demonstração contábeis, e esse formato é padrão nacional, então temos um sistema contábil que é o mesmo sistema aqui da Câmara que é a Fiorilli, e esse sistema da essas informações, é às vezes o *layout* pode mudar, mas em questões básicas são essas aqui, então usando o exemplo esse último anexo, que é uma sintaxe um resumo das ações, ele está falando das funções de governo, então são aquele maior número, a maior agregação de despesa, função de governo, por exemplo, seria a saúde, a educação, função de governo meio ambiente, então ele está separado por esse tipo de ações, as ações dentro das sub-funções, o outros relatórios, eles vão está lá falando do objetivo do programas, qual é o público alvo desse programa, então está indicada em cada uma das páginas, quais são os indicadores que foram utilizados para se prever esse tipo de gastos, quais são as metas que vão atingir ano a ano, então assim, em termos de planejamento é isso aqui, então assim, para a gente ficar explicando um por um é complicado. A gente pode dar uma visão geral daquilo que foi solicitado, de como nós partimos, para poder elaborar esse PPA, primeiro como eu disse do plano de governo do Vinicius e do Picitelli, ali estava tudo que eles pretendem fazer, eles avaliaram, conversaram o Dr. Vinicius já era Prefeito então ele chamou o Picitelli e todos os secretários municipais e perguntou qual é a real avaliação da atual situação do município e o que a gente pretende alcançar nos quatro anos, conversou com a população e colocou tudo aquilo que ele queria fazer, muito do que está ali são investimentos que vão está aqui aparecendo como despesa de capital, que são os investimentos que o município vão fazer, e muito do que está nesse plano de governo, ele faz parte, ele vai ser implementando pela própria estrutura que está na própria prefeitura você não tem que criar nada, Você vai usar o funcionalismo público, a estrutura da Prefeitura que são as despesas correntes que vão manter a máquina funcionando feito isso, já nesse mandato com o Prefeito já definindo o quem são os seus respectivos secretários, nós conversamos com os secretários, explicamos isso, como é o PPA, como é a forma de meta, o que é programa e tal, e pedimos para que eles com base nesse programa de governo olhasse cada um de sua área. E eles nos apresentaram mais são as metas e aquilo ou algum ajuste que deve ser feito em cima daquilo do plano de governo. Então isso é uma fotográfica do número de governo, mas com números separados, investimento, quando é manutenção, e na parte da discussão, na parte da audiência pública, aí cabe, as emendas, as correções, as alterações, para que no final quando a gente for apresentar isso, e isso aqui virar Lei, ele reflita não só as intenções do Governo enquanto Poder Executivo, mas também quanto ao Governo no Poder Legislativo, porque de lá sai como proposta, aqui depois, que vocês votarem vira Lei, e uma vez que vira Lei, eu costumo brincar "lei não se discute", lei se cumpre, ou se você discorda dela, você manda um projeto de lei e altera a lei, em quando for lei, você tem que seguir, então em geral é isso aqui. Na nossa lei orgânica, tem um artigo que fala, não só do PPA, mas da LDO, e da LOA, quais são os prazos que o executivo tem que encaminhar isso para a Câmara e quais são os prazos que a Câmara tem que devolver para o Executivo, como eu disse o PPA, ele é o planejamento de quatro anos, mais é ele que vai servir de base, na hora que formos fazer a LDO do município, que temos que apresentar até dia 31 de julho, e na nossa lei orgânica está dizendo que esse PPA aqui você tem até o final do ano para aprová-lo, se vocês não aprová-lo antes de julho, nós não temos a condição de fazer a LDO, foi até por causa disso conversando com o Gustavo, que ele falou que vamos ter que acelerar as reuniões, as discussões, porque vocês me apresentarem dia 31 de julho que é o dia que tenho que apresentar a LDO aqui, a gente vai ficar de mãos amarradas, pois isso daqui até enquanto não virar lei eu não posso seguir. E é até interessante, porque alguns

municípios do País agora em abril não é o PPA que os municípios estão fazendo. A maioria dos municípios do País estão entrando a LDO para a Câmara, mas para você fazer uma LDO, primeiro você tem que ter o PPA, você primeiro planeja os quatro anos, e depois dar a diretriz, a base do que você vai fazer no primeiro ano já está no PPA 2022, na base do ano que vem, vou olhar 2023, na LDO do próximo ano eu vou olhar 2024 e lá em 2025 quando for mandato de outro Prefeito eu vou estar olhando esse PPA aqui. É o justo disso é feito na LDO, e depois é feito a LOA. Portanto essa discussão de vocês nós vamos apresentar, o próximo de lei de alteração da Lei Orgânica, justamente para ficar adequado isso, nós já alteramos em relação a maior parte dos municípios do País, fazendo que primeiro apresente o PPA e depois a LDO, e depois a LOA, na sequência correta, só que quando propuseram a alteração das datas, esqueceram-se de colocar quanto, o prazo limite para a Câmara entregar, assim como a gente apresenta a LDO a Câmara tem um prazo para entregar, para devolver para o Executivo a LOA, um em sequência do outro, então complementando isso, sendo 31 de julho a data que nós Executivo temos que apresentar a LDO para vocês se vocês conseguirem aprovarem esse projeto fazendo as alterações ou do jeito que ele tiver, até trinta, no final de julho, nós da área de finanças e o pessoal de planejamento teremos aí pelo menos um mês para trabalhar nisso aqui e falar se é mais factível, e esperamos que nos próximos meses a situação econômica do País esteja melhor. Nós estamos vivendo uma gangorra, quando a gente estava olhando os índices o IGPM estava dois anos seguidos na faixa de 7% no ano passando fechou em 23%, agora nesse mês acumulados os dois meses tá 30% isso é loucura! Faz com que qualquer planejamento se você falar que sua arrecadação vai crescer 32%, não cabe, isso não é possível, então é a hora que a economia dar uma estabilizada, ser uma coisa que tem condições para se prever, a gente consegue ajustar tudo que está aqui. Carlinhos, talvez uma coisa que pudesse complementar, talvez você que viu muita coisa, e questionou muito até mesmo conversando com cada secretário, e exemplificar alguns dos investimentos de algumas áreas que foram colocadas, se você quiser olhar a peça aqui e se lembrar de alguma coisa para dar exemplo para eles de investimentos que tem que é a parte principal, despesa corrente gente é manter a Prefeitura funcionando, com funcionalismo, material, com serviços, com pagamento de salário, com pagamento previdenciário, é manter a máquina funcionando, inclusive considerando aumento de pagamento de pessoal, aumento de contratação de pessoas e tudo mais. A parte de investimento é aquilo, manteve a máquina funcionando, ótimo! Aquilo que está me sobrando, ainda que aquilo que ainda é possível fazer, eu vou questionar, vou ampliar, eu vou reformar, eu vou criar algo novo, eu vou fazer que aquilo funcione. Hoje é uma audiência pública presencial, quando estávamos nessa fase de elaboração, nos ainda estava fase emergencial do governo, nos não podemos fazer a nossa audiência do executivo presencial, então nos abrimos no site da prefeitura o envio de idéias da população para que a gente pudesse analisar e ser possível analisar também e verificar se possível colocar ali também, então essa audiência presencial ela é melhor porque você tem a oportunidade de conversar com as pessoas, eventualmente de tirar dúvidas e tudo mais. E fora isso se vocês tiverem alguma pergunta, em relação aquilo que a gente explicou, a gente está à disposição. É o Carlinhos também nós alertou sobre uma coisa que vocês Vereadores aprovaram agora recentemente, uma alteração da Lei Orgânica falando do orçamento impositivo, nós já colocamos isso no PPA, então quando vocês, independente de ter Lei Orgânica, a gente já, pois isso no orçamento, deixando uma parte do orçamento de despesas é só que a gente não tem ideia de quanto que vai ser, ou quando vai ser as despesas que vocês vão propor nesse orçamento, esse orçamento impositivo vai ser na parte de reserva de contingência, a reserva de contingência ela é uma dotação que o município é obrigado a deixar uma parte de dotação do município dele por acaso se acontecer uma calamidade pública. Nós estamos vivendo uma pandemia, é uma calamidade pública, só que ela é uma coisa que está prolongado pelo tempo, pela graças de Deus isso não está acontecendo no nosso município, mas tem município que cai uma ponte desmorona um negócio, da enchente, essas coisas quando aparece que não foi prevista no orçamento existe a reserva de contingência, a lei fala de você pegar de seu orçamento total 0,5% e deixar essa parte separada para você usar como reserva de contingência. Na elaboração do PPA, além do 0,5 nós colocamos mais 1,2% do orçamento total como reserva de contingência, no orçamento no caso de 2022 que é esse PPA que tem implementado lá, já se pode ter essa dotação separada para o que vocês proporem no Legislativo a dotação já está lá.” **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** “Bom na reserva de contingência, foi

lembrado da Prefeitura tem que é de 0,5% e mais que o Legislativo tem que é de 1,2%, foi incluído tudo isso aí que é no PPA. É em todas as secretárias teve investimento, e só para lembrar algumas no planejamento tem "construção de praças e jardins", isso aqui é genérico a gente não colocou "construção da praça fulano de tal" porque, fica muito específico, eu deveria que criar um ação e programa para cada um então? Quando se cria um programa nesse estilo, você pode reformar e ampliar as praças que você tem no município, tem o cemitério, o novo cemitério, não é reformar o novo não. Tem implantação do distrito industrial, pavimentação de vias, que nem precisa falar que isso está em todo PPA, LDO e orçamento, iluminação também. Projeto de paisagismo entre trevos tem um projeto aqui que se tudo ocorrer bem, pelo que entendo é aquela entrada quando a gente chega isso só nessa secretária, ponte Morro Agudo à Viradouro, eu não conheço. Reformar abrigo de ponto de ônibus, eu separei aqui e cada ano das 26 milhões de obras, de investimento. Lógico que vamos torcer para que a arrecadação melhore e que a gente consiga equilibrar a receita e despesa o que acha que esta no plano de governo, o Prefeito e o que poderia ser feito, por isso no começo eu falei que a despesa está um pouquinho maior. Como falei no começo, o foco aqui é o investimento para que o governo faça o que prometeu no plano de governo dele. E que são 155 folhas e em cada um vocês vão ver esse item aqui, despesa de capital, vai ter um nome, novo cemitério, construção de ponte, sinalização vertical e horizontal, construir conjunto habitacional." **Fez uso da palavra o Vereador Elvis Júnio Marques:** "Carlinhos, nessa parte da engenharia, está à troca da tubulação do centro da cidade?" **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "Está sim, eu não lembro como coloquei aqui, mas de água está. Eu lembro que tem do lago artificial que vocês têm, rapaz é tanto projeto e tanta obra, que só para vocês terem ideia, eu separei aqui tem um monte de obras, de investimento. É lógico que vamos torcer para que a arrecadação melhore que a gente consiga equilibrar receita e despesas, e o Prefeito consiga junto com a Câmara, verbais federais e a gente lembrou tudo, se ficou algo para trás é porque não passou para gente, mas então a gente reuniu com todo mundo, a gente colocou aqui, está no plano de governo do Prefeito, e o que pode ser feito." **Fez uso da palavra Claudineia:** "Questionando sobre a situação do Lago Azul". **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "Tudo está previsto no PPA. Teve um município que eu trabalhei faz muito tempo, o governo concedeu o valor, através do famoso fundo perdido, ele concedeu um recurso para esse valor, para esse município para ele regularizar, aí ele fez, definiu os lotes, definiram as ruas, o pessoal que estava morando era um pessoal carente que não tinha condições e nesse caso entrou um suporte do estado para regularizar isso. Se for um loteamento se a pessoa tem condições eu não sei como funciona gente, aqui foi não previsto termos de investimento para isso. Mas poder ser sugerido, não sei se a Prefeitura tem recurso para isso. Mas como falaram tem que ver a questão legal disso, a Prefeitura deixar de investir nisso, para investir lá, e ver se isso é legal, se isso procede, aí já entra um departamento que eu infelizmente não posso te afirmar. Talvez esteja faltando poucas coisas, à questão do lote está tudo certinho, às vezes a Prefeitura isenta o IPTU, isenta as taxas." **Fez uso da palavra a Vereadora Lauriane de Castro Torres:** "Essas sugestões foi sugeridas pelos moradores do Lago Azul, que encaminharam quanto uma das minhas indicações e nesse caso foi encaminhados pelo site da Prefeitura." **Fez uso da palavra o Vereador Elvis Júnio Marques:** "Esse loteamento Carlos, ele foi colocado há uns anos atrás, naquele programa do Estado cidade feliz, mas quando foi visto o Bairro Lago Azul, um bairro que tem chácaras, ele não foi visto como o programa cidade feliz, que quando chegar se viu graças a Deus uma coisa diferente, viram chácaras, coisas bem feitas. Viram que havia pessoas que poderia regularizar, só que pelo contrario para a Prefeitura seria interessante regularizar, mas tipo assim, com a cobrança de algumas coisas, eu creio que a Lei não vai deixar você pegar um dinheiro publico, investir no lugar para depois não ter retorno, tipo assim, então a Prefeitura fazer o programa que regulariza os donos, tudo certinho, a infra- estrutura, e tudo mais. Para depois a Prefeitura ter o IPTU, ter as taxas de limpeza, as taxas de tudo ser cobrados iguais aqui dentro da cidade mesmo." **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "A regularização fundiária é para a população carente, lá eu não conheço, não sei se tem uma chacara de 500 metros ou uma chacara muito grande." **Fez uso da palavra Claudineia:** "Na realidade se tornou um loteamento clandestino, com condições boas, mas sem infraestrutura nenhuma, então é uma favela de luxo e existe por quase dezoito anos." **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se**

manifestou: "O Ministério Público não manifestou não? Porque o MP pergunta para Prefeitura a situação que está isso." **Fez uso da palavra Claudineia:** "Teve manifestação, o que falta mesmo é a questão jurídica mesmo, nem tão pouco a questão financeira, mas fica essa questão e o meio ambiente também. Eu penso que tem que tem que partir de uma vontade, de que isso ocorra." **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "E não pode partir do Prefeito, tem que sugerir a ele, solicitar a ele, que tome essa providência. Como você falou, a primeira coisa é a documentação, tendo a documentação, já é mais caminho andado." **Fez uso da palavra Claudineia:** "Na verdade acho que nem é o momento de discutir se a prefeitura quer ou que os moradores querem, é o momento de saber que o meio ambiente necessita disso daí. Porque lá dentro existe um lago e esse lago oferece a água que vem para o tratamento da cidade." **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "Quantos lotes você acha que tem lá?" **Fez uso da palavra Claudineia:** "Mais ou menos uns duzentos lotes" **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "É assim tem que apresentar um projeto com valores, com cronograma para que a gestão mostre em quantos anos consegue conseguir isso, com o custo e envolver a questão jurídica também. E a tendência é só aumentar a população lá. São mais ou menos duzentos lotes, o dono antigo foi vendendo por pedacinhos?" **Fez uso da palavra o Vereador Elvis Junio Marques:** "O problema maior Carlos, é que é muito complexo. Quando ele foi criado, com um moço que se chama Rafael móveis, ele é peitudo mesmo, esses loteamentos para cima que peão fala que nunca fazia ele fez. Então na época ele pegou esse pedaço perto do lago, junto com a proprietária junto com a dona da fazenda, e esse pedaço para vender os lotes, e não sei se pagando Eça por vendas ou não sei como foi o combinado só que no meio desse trâmite quando ele começou a vender e construir começou a fazer bonito porque era para ser um condomínio fechado, perfeito, muito bem feito, se não tivesse acontecido o que aconteceu com ele, não estava acontecendo esse todo de problema, porque ele era peitudo ele subia para São Paulo e organizava, ele dava um jeito, só que aconteceu um acidente com ele, teve uma fatalidade com ele e aconteceu um acidente com ele, ele ficou de cadeira de roda perdeu massa cefálica da cabeça e está até hoje. E ficou agora por conta da dona da fazenda e a mulher, então tudo lá se for para ver no papel é da dona da fazenda, só que tem um contrato com essa mulher que era esposa do cara que foi acidentado, agora para você ver a situação que ficou então o meu medo maior de hoje ou amanhã, é o juiz bater o martelo e questionar quem é dono e falar que as terras é minhas e ser responsável de tudo, se vendeu, mas não foi eu que vendi e sim o esposo da mulher, mas eles perguntar se é seu e o porquê de ter construído, e falar assim eu não eu vendi o terreno e o cara me mandou vender para o outro e vai virando uma bolada de neve, a imobiliária tira ela fora, a fazendeira tira ela fora, e os moradores construíram fizeram coisas boas tudo lá, só que não tem só que tem muita gente que faz negócio para cá com vontade de comprar lá com causa disso, por falta de documentação, como ela falou que comprou tem documentação e tudo mais, está certo, só que na lei mesmo, precisava tomar uma propositura aqui de fazer pelo menos a documentação porque chegar ao intuito de falar nos vamos fazer a documentação, fazer uma escritura que isso aqui é seu! Só que depois vamos fazer a infraestrutura, a mais você pode cobrar o IPTU sem fazer a infraestrutura, então não tem como você fazer pegar um dinheiro público aqui, ajeita a documentação certo? O que acontece, você não pode pegar um dinheiro público aqui e gastar aqui sem ter um retorno, e o porquê disso? É um órgão público privado, então fica difícil. Então lá vai ter que fazer uma coisa, vai ter que começar e acabar, fazer documentação, fazer o asfalto, já vamos cobrar, vai ter que fazer isso. Não vai ter como fazer em pedaço porque vai ser constitucional." **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "Essas histórias que vocês estão contando aqui, já aconteceu lá, o pessoal que comprou teve o interesse de regularizar, a prefeitura foi lá mediou e mandou a carne, a prefeitura e o Ministério Público multava e mandava derrubar, eu não sei como funciona aqui, mas vai que ter um conjunto de atores nesse processo, que vai envolver jurídico, meio ambiente, prefeito, morador, e é um projeto que eu penso que se fosse sem trave eu acho que a prefeitura já não tinha impedimento de chegar lá e fazer as coisas, mas não sei se a prefeitura vai ter apoio legal para isso. Então eu penso assim, os moradores terão que entrar com alguma coisa de regularizar, de fazer escritura, de correr atrás, de fazer o de usucapião, isso depois que a prefeitura tiver condições, aí as ruas, calçadas, as partes que vão ter que ceder e doar em tempos de patrimônio para a prefeitura, isso tudo vai ter que ser planejado com o pessoal

da engenharia, jurídico, meio ambiente". **Fez uso da palavra o Vereador Lucas Tarciso Martins Cabeço:** "Teve uma época que o lago azul era bem organizado, no comecinho, você não conseguia entrar nas chácaras, sem ser autorizado por um morador, tem um hotel na cidade onde o dono colocava uma caixa de água, que cobrava uma pequena taxa de todos, e não sei quando se perdeu, mas bem no comecinho depois que aconteceu esse acidente com o Rafael Pereira de Souza, estava com as documentações quase para terminar foi feito a cotação com a dona da fazenda, tem como restaurar isso ou só no plano a organização?" **O senhor Reinaldo Benedetti, Chefe da Contabilidade, que assim se manifestou:** "Não, isso pode partir de vocês, do executivo, do cidadão, mas para a gente fazer um plano de governo só que nos para fazer um plano de governo precisaríamos de mais informação. Fazer um aparte de cada vez, isso tudo tem que ser projetado, então tudo que está aqui é um custo que a gente projeta. Nós vivemos em um País que não sabemos se amanhã vamos pagar dez ou cem, então pelo menos nós tem alguma coisa para projetar, e é um momento agora de colocar no PPA, conversar com os Vereadores, ou o departamento jurídico da Prefeitura, ou até às vezes no Ministério Público para ver qual seria o primeiro passo, se não fica assim, "ah! Não fiz isso porque alguém não fez aquilo." **Fez uso da palavra o Vereador Lucas Tarciso Martins Cabeço:** "Porque o pessoal parou de pagar as suas cotas, a partir do momento que parou, porque eu pescava lá, e tinha que ter uma autorização do morador, às vezes o morador tinha que te buscar na guarita porque você não conseguia entrar, e como um acordo eu sei que tem pessoas lá que não querem a regularização, aí essas pessoas, porque tiveram pessoas que veio atrás de mim para regularizar e tiveram pessoas que vieram atrás de mim e falaram se regularizar nós vamos movimentar para que não seja, e aí? Porque eles não querem pagar impostos." **Fez uso da palavra o senhor Antonio Carlos Gonçalves, Consultor Contábil, que assim se manifestou:** "O imposto aqui é barato, vai comprar uma casa em Rifania, vocês vão torcer para pagar esse IPTU novamente. A água aqui é muito barato, então nem se fala". **O senhor Reinaldo Benedetti, Chefe da Contabilidade, que assim se manifestou:** "Deixa eu só complementar uma coisa, quando falamos em termos de PPA, antes, o planejamento de quatro anos era praticamente uma carta de intenções, era pegar o plano de governo, transformar em documento, uma lei, decreto e falar pretendo fazer isso, com o advento da lei de responsabilidade fiscal, você precisou pegar e dar numero valores e prazos, 2022, 2023, 2024, 2025 como no caso desse PPA agora. Quando são apresentando algum projeto de lei novo, alguma coisa que não estava prevista no orçamento, vocês vão ver que sempre terminam o projeto de lei falando que "essa despesa será devidamente adequada no PPA e na LDO para ficar de acordo com o orçamento, tal... tal... tal...", então as formas que existe hoje nos temos o planejamento de quatro anos como projeto de lei e vocês com o prazo para analisar, mas dentro desse formato que o Carlinhos falou, quais são as fases que tem que fazer isso aqui, no momento são coisas que vai envolver, necessariamente nesse primeiro ano é mais infraestrutura ou no terceiro ano é documentação e tudo mais, isso precisa ser estimulado em anos para o que seja feitos em cronogramas, metas, para que isso seja feito especificamente aqui se formos falar agora desse PPA, mas se há até vamos usar como parâmetro, se ate 30 de julho isso, ou até na aprovação desse PPA nada impede que isso seja apresentado através de um projeto de lei e depois inserido aqui, porque, ele não é isso é uma proposta. Na LDO, você vai estabelecer o que vai ser prioritário e isso da para ser feito, e só complementando nos temos um ditado que fala "passarinho que tem muito dono, morre de fome, então sempre um vai achar que o outro está dando comida ao bichinho, e ele não esta recebendo comida", nessa situação, o lago azul ele é privado ou ele é público? Enquanto não resolver essa situação não se sabe quem tem que fazer, lá em Rifania o privado teve que se virar agora o Ministério Público determinar se é público, a partir do momento que se torna público a Prefeitura tem que entrar com toda infraestrutura por eu ter que pavimentar, tem que fazer tudo e cobrar os impostos devidos. Então falando em processo de planejamento esse PPA, eu penso que precisa juntar um grupo, de repente até de vocês Vereadores, conversar com a Prefeitura, junto com uma comissão, conversar com as secretárias, com o Ministério Público, todas as secretárias e fazer um cronograma do que precisa. Ser feito primeiro, e feito isso apresente um projeto de lei, uma vez aprovado, é incluso no PPA. Então isso pode ser alterado, mas uma vez aprovado ele vai sofrer alterações como nós já falou, a economia sem previsão, será que vai melhorar ou piorar? Então realmente tem que colocar todo mundo junto e encontrar uma solução para isso, e principalmente esse cronograma. Pessoal tem mais alguém que tem alguma duvida?" **Fez uso da palavra o Vereador Elvis**


Junio Marques: "Reinaldo, gostaria de agradecer a presença de vocês da contabilidade, de esta falando para nós, e para você ver através do seu dialogo esta abrindo uma brecha para nós, tentar fazer alguma coisa, porque como ela falou, passa administração vem administração, passa anos e continua assim, você vai levando, não está dando muito para a prefeitura, mas não esta tendo prejuízo, morador queira ou não queira está morando, então o prejudicado hoje é o meio ambiente. Então é o seguinte, temos juizes e promotores que não são daqui, se é verdade ou é mentira é isso aqui, o meu medo é que hoje ou amanhã, se fosse feito em local publico seria mais fácil para a prefeitura regularizar, e outra coisa, a prefeitura tem, no meu modo de ver, tem um índice muito ruim para a prefeitura do porque que deixou fazer. Cadê a fiscalização da prefeitura, tem essa parte também. Está fazendo um loteamento? Cadê a documentação? Só que acabou acontecendo isso com o cara que estava organizando. Então vai ficar assim para o resto da vida? Tem que pegar os nove vereadores, sair daqui chegar ao Prefeito e ver o que vamos fazer, porque daqui quatro anos eu vou pensar, e o próximo Vereador pensa também, ai vai ficando, não tem que meter a cara mesmo e ver. E para a se ela tiver alguma condição, e o que acontece seria bom para cobrar o IPTU e seria bom de dar para o cidadão um lugar bom de viver, só que o que acontece que está caindo essas coisas, tem mais uma que o povo esta no pé, certo. Eu concordo se chegar um projeto aqui hoje falando que vai ficar em dez milhões de reais para regularizar o lado azul, e falar você assina, eu falo assino. E é como você falou, tem que ter coragem e meter a cara na próxima reunião nos vai ver o que podemos fazer meter a cara e ver no que dá. **"O senhor Reinaldo Benedetti, Chefe da Contabilidade, que assim se manifestou:** "E gente é natural à gente fala, vamos esquecer a questão de reeleição, o prefeito é eleito por quatro anos, ele, dentro da intenção dele ele analise e fale minha bandeira para quatro anos é isso aqui. Tivemos-nos o Amauri José Benedetti que fez toda a parte de esgoto que ninguém fazia isso, então vai muito disso daí de você pegar um administrador e falar que quero fazer isso aqui, e fora isso é os próprios vereadores, e as comissões da Câmara, e vai estruturando e falando olha prefeito acrescenta isso aqui e depois nas LDO, você precisa colocar no orçamento, e depois em 2022 vamos fazer isso, a questão do cronograma e ver o que é de mais urgência e tem que trabalhar, prefeitura tem que ter isso daqui gente, tem que trabalhar com planejamento, tem que ter participação popular, isso vira lei, depois para mudar tem que fazer outra lei, e não é só chegar e falar que quero fazer isso, e não é simplesmente não quero fazer. Então tudo isso é serio, do PPA vai virar um LDO e vai virar uma LOA. Em 2022 PPA vai virar um LDO e vai virar uma LOA junto o Executivo com o Legislativo. Quando nenhum entra em consenso entra um terceiro, entra o judiciário. E só para finalizar quando vocês forem procurar, tem o gabinete do prefeito, vai ter a saúde, educação, parte de meio ambientes, e dentro disso tem o plano, justificativa, quem vai ser atingido. Nos do financeiro, estamos à disposição para tirar duvidas." **Fez uso da palavra o Vereador Elvis Junio Marques:** "Reinaldo, então agradeço a presença de todos que estão aqui, muito obrigado, foi de bom fruto essa conversa e que voltem mais vezes para apresentar mais coisas para gente. E vamos analisar Reinaldo e nesse prazo que você pediu entregaremos para você. E declaro encerrada a audiência".


Câmara Municipal de Morro Agudo/SP, 13 de maio de 2021.


ELVIS JUNIO MARQUES
Presidente da Comissão de
Finanças e Orçamento


LUCAS TARCISO MARTINS CABEÇO
Vice Presidente da Comissão de
Finanças e Orçamento


PAULO HENRIQUE LOURENÇON
Membro da Comissão de
Finanças e Orçamento


ADRIELE LETÍCIA DIAS SANTOS
Auditora do Controle Interno
da Prefeitura Municipal


REINALDO BENEDETTI
Chefe do Setor de Contabilidade
da Prefeitura Municipal


ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES
Consultor Contábil da Prefeitura Municipal


CLAUDINÉIA MARQUES S. AMADO
Cidadã